



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO (FEAAC)
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DIOGO DE MATOS PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COMO INSTRUMENTO DE
INCLUSÃO SOCIAL: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
MULHERES MIL EM FORTALEZA.**

FORTALEZA
2013

DIOGO DE MATOS PEREIRA

**POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COMO INSTRUMENTO DE
INCLUSÃO SOCIAL: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
MULHERES MIL EM FORTALEZA.**

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado Executivo
(FEAAC), como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Holanda

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

P489p Pereira, Diogo de Matos.
Políticas públicas educacionais como instrumento de inclusão social: uma avaliação do programa Mulheres Mil em Fortaleza. / Diogo de Matos Pereira. – 2013.
50 f.: il. color., enc.; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof^o. Dr. Marcos Costa Holanda.

1. Políticas públicas em educação. 2. Capital humano. 3. Inclusão social. I. Título

CDD 379.8131

DIOGO DE MATOS PEREIRA**POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL EM FORTALEZA.**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e se encontra à disposição dos interessados na biblioteca da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data de aprovação 16/07/2013

	Nota
<hr/>	8,00
Prof. Marcos Costa Holanda	
Prof. Orientador	
	Nota
<hr/>	8,00
José Jesus de Sousa Lemos	
Membro da Banca Examinadora	
	Nota
<hr/>	8,00
José Henrique Félix Silva	
Membro da Banca Examinadora	

FORTALEZA
2013

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carlos Antônio Pereira e Marina de Matos Pereira, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e me guiando em todos os momentos. Agradeço especialmente a minha mãe, pelo incentivo a me tornar um economista - sem ela esse objetivo não seria atingido.

Aos meus irmãos, Daniel e Johannes, por toda união e amor fraterno.

A todos os meus amigos do Instituto Federal do Ceará (IFCE), em especial aos servidores Adriano Monteiro da Silva, José de Arimatéa Ferreira Quintiliano e Paulo Avelar Matos Moreira, que contribuíram diretamente para o sucesso deste trabalho.

Ao professor Marcos Costa Holanda, por ter me orientado com esmero, me motivado e, principalmente, por seu exemplo de competência e amor pelo que faz.

À professora Sarah Virginia Carvalho Ribeiro, Coordenadora do Programa Mulheres Mil, no *Campus Fortaleza/IFCE*, por ter me incentivado e também por fornecer as informações necessárias ao êxito deste trabalho.

Aos professores José Jesus de Sousa Lemos e José Henrique Félix Silva, por contribuírem para o aperfeiçoamento deste trabalho.

E, finalmente, a todos os que, por ventura, estiveram presentes no caminho de minha formação em Economia, em especial aos amigos da turma de 2008.2.

RESUMO

Com o advento da teoria do capital humano, a promoção de políticas públicas educacionais passou a ser tratada como um meio para se alcançar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social. Entretanto, além de aumentar o investimento em educação, faz-se necessário avaliar a qualidade da aplicação desse investimento. Nesse contexto, a Gestão por Resultados (GPR) traz para a Administração Pública a busca pela otimização dos recursos. O objetivo geral dessa pesquisa foi avaliar o Programa Mulheres Mil de Fortaleza (PMMF), sob a ótica da GPR, de forma a verificar os critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Para tanto, buscou-se: a) examinar como as atividades desenvolvidas pelo Programa influenciaram no processo de inclusão social das mulheres da turma de 2011.1; b) identificar as transformações provocadas; c) detectar ações para uma melhor aplicabilidade do Programa com as próximas turmas. Esta pesquisa consiste em um estudo de caso com abordagem de caráter quali-quantitativo, utilizando-se de método indutivo para se chegar a uma conclusão sobre eficiência, eficácia e efetividade do referido Programa. É considerada, também, uma pesquisa aplicada, por buscar a produção de conhecimento para a solução de problemas e melhoria de ações. Participaram da pesquisa 35 alunas que ingressaram no PMMF, no semestre 2011.1. Os dados foram analisados de forma quantitativa, com a utilização de gráficos, e qualitativa, a partir da análise das respostas obtidas por meio das questões abertas, presentes no questionário aplicado. A análise dos resultados permitiu concluir que após a participação no PMMF mais da metade das alunas voltaram a estudar. Porém, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ficou aquém das expectativas, o que alerta para a necessidade de uma reflexão sobre o trabalho realizado e de atitudes a serem tomadas, que possibilitem a modificação dos resultados aqui apresentados para as próximas turmas.

Palavras-chave: Capital Humano. Educação. Gestão para Resultados. Inclusão social. Programa Mulheres de Fortaleza.

ABSTRACT

With the advent of the theory of human capital, promotion of educational policies began to be treated as a means to achieve economic development and promote social inclusion. However, in addition to increasing investment in education, it is necessary to assess the quality of implementation of this investment. In this context, the Management by Results (GPR) brings to the Public Administration to search for the optimization of resources. The general objective of this research was to evaluate the Programa Mulheres Mil de Fortaleza (PMMF), from the perspective of GPR in order to verify the criteria of efficiency, efficacy and effectiveness. Therefore, we sought to: a) examine how the activities of the program have influenced the inclusion of women in the class of 2011.1 b) identify the changes wrought c) detect actions for better applicability of the program to the next class. This research is a case study approach with qualitative and quantitative in nature, using the inductive method to arrive at a conclusion on efficiency, efficacy and effectiveness of this program. It is also considered an applied research, to seek the production of knowledge for problem solving and improvement actions. Participants were 35 students who entered the PMMF in half 2011.1. Data were analyzed quantitatively with the use of graphics and qualitative, from the analysis of the responses obtained through the open questions in the questionnaire applied. The analysis of the results indicated that after participating in PMMF more than half of the students returned to school. However, the inclusion of women in the labor market fell short of expectations, which points to the need for reflection on the work and attitudes to be taken, to enable the modification of the results presented here for the next class.

Keywords: Human Capital. Education. Managing for Results. Social inclusion. Programa Mulheres Mil de Fortaleza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gestão Pública Tradicional (GPT).....	20
Figura 2 – Gestão Pública por Resultados (GPR).....	21
Figura 3 – Estrutura do Marco Lógico.....	25
Figura 4 – Desenho do Programa.....	26
Figura 5 – Faixa Etária.....	35
Figura 6 – Estado Civil.....	36
Figura 7 – Quantidade de filhos.....	36
Figura 8 – Escolaridade.....	37
Figura 9 – Experiência.....	37
Figura 10 – Colocação no mercado de trabalho antes do ingresso no PMM.....	38
Figura 11 – Interesses de Trabalho.....	39
Figura 12 – Trabalho Atual.....	40
Figura 13 – Renda Familiar.....	41
Figura 14 – Aumento de renda após a participação no PMM.....	41
Figura 15 – Entrevistadas que voltaram a estudar depois do PMM.....	43
Figura 16 – Grau de importância dos aspectos que motivaram a participação no PMM.....	43
Figura 17 – Satisfação com o PMM.....	44
Figura 18 – Contribuição do PMM para o aumento do bem-estar.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de Políticas Públicas.....	17
Quadro 2 – Políticas Públicas Educacionais e o seu respectivo nível de atuação.....	18
Quadro 3 – Localização e denominação dos subprojetos.....	22
Quadro 4 – Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade.....	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Contextualização.....	10
1.2 Relevância da Pesquisa.....	11
1.3 Justificativa.....	12
1.4 Objetivos.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 A Teoria do Capital Humano.....	13
2.2 Desenvolvimento Econômico e Inclusão Social.....	15
2.3 Políticas Públicas Educacionais.....	16
2.4 O Modelo de Gestão para Resultados.....	18
2.4.1 <i>A Nova Gestão Pública e o Modelo de GPR</i>	19
2.4.2 <i>Avaliação de políticas públicas e programas governamentais</i>	21
2.4.3 <i>Conceitos básicos para avaliação de políticas públicas e programas governamentais: eficiência, eficácia e efetividade</i>	21
2.5 O Método do Marco Lógico.....	22
2.5.1 <i>Histórico</i>	22
2.5.2 <i>Estrutura</i>	22
2.5.3 <i>Vantagens e Desvantagens do uso do MML</i>	23
2.5.4 <i>Desenho do Programa</i>	24
3 PROGRAMA MULHERES MIL.....	25
3.1 O Projeto Mulheres Mil.....	25
4.1 O Programa Mulheres Mil.....	27
4.2 A experiência no Instituto Federal do Ceará.....	28
4 METODOLOGIA.....	29
4.1 A pesquisa.....	30
4.2 Coleta e análise de dados.....	30
4.3 A amostra.....	31
4.4 Avaliação de Resultados.....	
5 RESULTADOS.....	31
5.1 Caracterização da amostra.....	31
5.2 Mudanças após a participação no PMM.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	45
ANEXOS.....	48

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Na segunda metade do século XX os investimentos em capital humano tiveram grande destaque em virtude de uma maior preocupação com os fatores que influenciam o crescimento econômico. Os economistas Theodore Schultz (1988) e Gary Becker (1983), precursores da teoria do Capital Humano, afirmaram que o progresso de um país se dava essencialmente pelo investimento nas pessoas.

Nessa teoria, a educação é fundamental para o processo de formação de capital humano. É o processo educativo que produzirá algumas atitudes e conhecimentos para capacitar ao trabalho. Assim sendo, neste ponto de vista, a educação é tida como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento e na distribuição de renda. De acordo com Schultz (1971, p.33), “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras porque os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”. Dessa forma, a educação constitui-se em um fator que promove o aumento da produtividade do indivíduo, tornando possível a mobilidade social.

Visto que é cada vez mais difícil separar a educação de desenvolvimento econômico, os governos se veem diante da necessidade de apresentar propostas que, mediante o uso racional de recursos financeiros, beneficiem o maior número de cidadãos. Ao longo dos últimos anos surgiram diversos programas governamentais desenvolvimentistas. Entre eles, podem-se destacar os de formação profissional - Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) -, os de formação superior - Programa Universidade para Todos (PROUNI) - e os de assistência social - Bolsa Família.

Nesse contexto surge o Programa Mulheres Mil apresentando-se como uma ação que busca a inclusão social de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, por meio da oferta de educação profissional.

1.2 Relevância da Pesquisa

Há no Brasil, como em vários outros países ainda não classificados como desenvolvidos, um grande número de pessoas em situação de baixa renda. Várias dessas pessoas não apresentam formação educacional básica ou, às vezes, a educação escolar é suficiente apenas para incluí-las no grupo de analfabetos funcionais. Dentre esses indivíduos, um grande número é de mulheres que exercem o papel de chefe de família.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que, no período de 2001 a 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Em termos absolutos, são quase 22 milhões de famílias que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino. O crescimento do número de mulheres chefes de família também aconteceu nas casas em que o marido estava presente, passando de 2,4%, em 1998, para 9,1%, em 2008.

Assim, com a proposta de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, foi criado o Programa Mulheres Mil, que de acordo com a portaria do MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011.

Constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes:

- I - Possibilitar o acesso à educação;
- II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III - Promover a inclusão social;
- IV - Defender a igualdade de gênero;
- V - Combater a violência contra a mulher. (BRASIL, 2011)

Esse programa tem como principal eixo norteador a promoção da inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, permitindo-lhes melhorar a qualidade da mão-de-obra através da formação profissional.

1.3 Justificativa

Tão importante quanto a promoção de políticas públicas educacionais com foco na inclusão social é a avaliação da qualidade do investimento. Dessa forma, o trabalho exposto tem como foco a avaliação do Programa Mulheres Mil sob a ótica da Gestão para Resultados, de forma a verificar se o referido projeto atende aos critérios de eficiência, eficácia e efetividade.

Avaliar as Políticas Públicas Educacionais, em particular o Programa Mulheres Mil, proporcionará uma visão dos erros e acertos cometidos na elaboração e implementação da ação em questão. A partir desse diagnóstico, será possível verificar se o recurso investido gera um retorno econômico-social positivo. Dessa forma, quantificar os benefícios torna-se uma ferramenta para legitimação dos investimentos.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Avaliar o Programa Mulheres Mil sob a ótica da Gestão para Resultados, de forma a verificar os critérios de eficiência, eficácia e a efetividade.

1.4.2 Objetivos específicos

- a. Estimar o aumento de renda proporcionado pela participação no PMM.
- b. Identificar os Insumos, Atividades, Produtos, Resultados e Impactos do referido Programa.
- c. Detectar ações para uma melhor aplicabilidade do Programa.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 A Teoria do Capital Humano

A Teoria do Capital Humano (TCH) que, de acordo com Schultz (1961), demonstra a importância dos investimentos destinados à formação educacional e profissional da mão-de-obra no crescimento econômico, fundamenta a criação de Políticas Públicas Educacionais como forma de promoção da inclusão social e desenvolvimento econômico. Haja vista que, teoricamente, uma maior escolarização proporciona uma melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda proveniente da melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho.

Schultz, que é considerado o principal teórico da TCH, a partir da observação do aumento de salários nos países desenvolvidos, dedicou-se a explicar o papel do aumento de capital humano nesse fenômeno. Segundo o autor:

O componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta futuras rendas e, desse modo, assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção. (SHULTZ, 1962 *apud* FRIGOTTO, 1989, P.40).

A respeito do investimento em capital humano, Becker, outro expoente da teoria, tinha uma visão do ser humano aproximada do mecanicismo relativista e apresentava o seguinte conceito:

O termo capital humano pode não ser familiar para todos. O capital humano refere-se às habilidades, à educação, à saúde e ao treinamento dos indivíduos. Trata-se de capital, porque essa educação ou habilidades são parte integral de nossa constituição, assim como uma máquina, uma planta ou as obras industriais (2006, p. 01).

Entretanto, na concepção de Schultz, era necessário considerar o ser humano além da perspectiva de produto da política econômica. Dessa forma, o autor defendia seu ponto de vista da seguinte forma:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que tem-se desenvolvido nas sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido que o capital convencional (não humano), e que seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. (1973, p. 31).

De acordo com Soares (2007, p.02),

Inspirada na Teoria do Capital Humano, a educação no neoliberalismo passou a ser vista como um investimento: atribuiu-se ao sistema educacional a tarefa de preparar recursos humanos para atender às demandas dos projetos no campo econômico. A educação passou a ser pensada como forma de apropriação de capital, enquanto melhoria da qualificação da mão-de-obra, intensamente vinculada ao desenvolvimento que se faz com base na tecnologia, na criação e implementação dessa tecnologia e na sua relação com a produtividade. Neste enfoque, o homem não é visto como ser humano e sim como força de trabalho, necessária aos vários níveis e tipos de qualificação técnica. A ideologia economicista e tecnocrata coloca prioridade na concepção de educação vinculada ao desenvolvimento econômico, onde o investimento no homem deve ser visto como fator de produtividade econômica.

Souza (1996), ao analisar as fontes de crescimento econômico, cita a educação geral e a profissionalizante, dentre outros, como responsáveis pelo crescimento econômico moderno. Ao tratar das novas teorias de crescimento, o autor discute a visão de Romer, de que os investimentos em conhecimentos geram externalidades:

(...) o “conhecimento” aparece como um fator de produção, como o capital e o trabalho. E as sociedades precisam investir na obtenção de novos conhecimentos, como investem em capital fixo e na educação dos trabalhadores. (ROMER *apud* SOUZA, 1996, p. 297).

Ao longo dos anos, foram incorporados novos conceitos a TCH, que em certos contextos podem englobar apenas o nível de escolaridade. Todavia, em outros, englobam um conjunto mais abrangente de investimentos que influenciam o bem-estar e a produtividade dos indivíduos, empresas e nações, podendo incluir investimentos na área de saúde e nutrição, bem como as ações do sistema formal de ensino (por exemplo, nas escolas profissionais e nas empresas) ou a experiência profissional e pessoal (Teixeira, 1990).

Considerando que investir nos indivíduos, promovendo o aumento de sua produtividade, pode levar à mobilidade social e a uma melhor distribuição de renda, por meio da preparação adequada para o trabalho, Frigotto (1989) faz uma reflexão a respeito do caráter circular de análise da educação decorrente da TCH: enquanto é tida como fator básico de mobilidade social, aumento de renda e desenvolvimento econômico, o acesso, permanência e rendimento escolar dependem majoritariamente do fator econômico.

Dessa forma, é notório que as pessoas que não possuem um nível básico de escolaridade e capacitação profissional estão excluídas do mercado de trabalho,

ou estão inseridas em postos de trabalho que possibilitam um salário suficiente apenas para atender as necessidades de subsistência. Conseqüentemente, por não terem capital humano suficiente para ter rendimentos que possibilitem investimentos em qualificação, esses indivíduos propagam o ciclo de pobreza na sociedade.

Inferese então que qualificar as pessoas desprovidas de um nível educacional básico e que estejam sem condições financeiras de fazê-lo por si é fundamental para que o país caminhe rumo ao desenvolvimento econômico. Portanto o Estado, através das políticas públicas, legitimadas pela TCH, assume o papel de interferir no ciclo de desqualificação em que esses indivíduos estão inseridos, de forma a proporcionar a qualificação necessária para o ingresso no mercado de trabalho.

2.2 Desenvolvimento econômico e inclusão social

A promoção da inclusão social pode ser considerada um dos principais desafios para o Brasil, que historicamente se caracterizou por um crescimento econômico desigual. Ao longo de anos, foram acumuladas desigualdades sociais em termos de distribuição de renda, acesso a saúde, educação, moradia, cultura e tecnologia.

De acordo com as ideias de Moreira (2006), a inclusão social pode ser entendida como a ação de proporcionar a população que tem acesso reduzido aos serviços básicos e que detém recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos, oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir desses serviços. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente.

Atrelado ao conceito de inclusão social, o desenvolvimento econômico é comumente visto como um produto do processo de inclusão social. De acordo com Bresser-Pereira (2008, p.1):

O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população.

Nesse sentido, inferimos que inclusão social ao promover o acesso a serviços básico (educação, saúde, moradia e tecnologia) influencia diretamente a produtividade do trabalhador e conseqüentemente melhora o desempenho da economia. Sendo assim, verifica-se a existência de uma ligação estreita entre o processo de inclusão social e o desenvolvimento econômico.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida resumida do progresso a longo prazo - em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde -, serve como parâmetro para análise do nível de inclusão social de um país. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil aparece com o Índice de 0,718, na posição de número 84 no total de 187 países.

Embora a economia brasileira seja a 7º do mundo, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), a posição no IDH é considerada modesta, estando atrás de países como Chile (40º lugar), Argentina (45º), Uruguai (51º) e Peru (77º). Ainda segundo dados da PNUD, o Brasil é o 4º país mais desigual no continente, em termos de distribuição de renda.

2.3 Políticas Públicas Educacionais

Segundo Teixeira (2002, p. 2), “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. O autor complementa abordando a importância da relação entre poder público e sociedade na elaboração de políticas públicas:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (2002, p.2).

Souza (2003) nos auxilia a entender o conceito de políticas públicas, ao reunir algumas das principais definições de políticas públicas, que são apresentadas pelo seguinte quadro:

Quadro 1 – Definição de políticas públicas

Autor	Definição de políticas públicas	Ano da obra
Mead	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995
Lynn	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.	1980
Peters	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos.	1986
Dye	O que o governo escolhe fazer ou não fazer	1984
Laswell	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	1958

Fonte: Souza (2003, p.20)

Dessa forma, a partir dos conceitos explicitados, podemos dizer que as políticas públicas são elaboradas de acordo com os objetivos do Governo e também a partir das demandas da população em diversas áreas, tais como: saúde, moradia, educação, transporte, segurança e outras. Em virtude disso, a interligação entre Governo e sociedade assume um papel de destaque, uma vez que a eficácia das ações governamentais depende da harmonia e convergência de interesses desses agentes econômicos.

Na área da educação, as políticas públicas ganharam destaque com o advento da TCH, que através da sua fundamentação econômica impulsionou os investimentos em programas que visam à melhoria da educação. A respeito da importância da TCH no surgimento de políticas públicas educacionais, Pires (2005, p.44) posiciona-se da seguinte forma:

Dado o poder explicativo desta teoria e a legitimação em que fornece aos gastos com educação para preparar os indivíduos para a vida profissional, ela se tornou um dos fundamentos correntes das políticas educacionais, sob forte incentivo de organismos multilaterais de fomento, financiamento e assessoramento a governos.

Nesse contexto, Puziol e Silva (2012, p.1) afirmam que:

As políticas públicas educacionais são um conjunto de ações, decisões e diretrizes sobre o controle do Estado, que permeiam cada vez mais a economia do país, sendo vistas como um investimento que trará um retorno financeiro.

Deve-se salientar que as políticas públicas educacionais podem atuar com o foco em determinado nível de abrangência, podem ser direcionadas desde o nível de educação básica à educação profissional e tecnológica. O quadro abaixo mostra algumas das principais políticas públicas em educação no Brasil, bem como o nível em que elas são aplicadas:

Quadro 2 – Políticas Públicas Educacionais e o seu respectivo nível de atuação

Políticas Públicas Educacionais	
Educação Básica	Educação Para Jovens e Adultos (EJA)
	Programa Brasil Alfabetizado
Educação Profissional e Tecnológica	Programa Universidade Para Todos (PROUNI)
	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)
	Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)

Fonte: Elaborado pelo autor

2.4 O Modelo de Gestão por Resultados (GPR)

2.4.1 A Nova Gestão Pública e o Modelo de GPR

Durante as últimas décadas, o Estado tem passado a desempenhar um papel-chave como produtor de valor público, e como tal tem priorizado a criação de condições para o desenvolvimento e o bem-estar social, além da produção de serviços e da oferta de infra-estrutura. (Serra, 2008)

Esta mudança na função do Estado tem transformado várias frentes da administração pública, pela exigência cada vez mais contundente dos cidadãos que exercem também o papel de usuários dos serviços. (Serra, 2008)

Nesse contexto, Serra (2008, p.17) retrata a passagem da Gestão Pública Tradicional para a Nova Gestão Pública da seguinte forma:

A crise fiscal do modelo anterior, uma vez esgotado o período de esplendor do Estado do Bem-Estar, tem trazido novos problemas. Dentre eles, destaca-se a crescente necessidade de atender uma demanda irrefreável de bens públicos de boa qualidade, típica do Estado de Bem-Estar, porém hoje acompanhada da exigência de diminuir a pressão fiscal – inclusive naqueles casos em que ainda persiste um modelo de estado anterior ao de bem-estar. Esta substituição de missão trouxe muitos desafios ao Estado, entre os quais a redefinição dos conceitos de administração, gestão pública e valor

público. Além disso, essas transformações têm afetado profundamente as práticas dos dirigentes públicos (políticos e gerentes) e a teoria na qual fundamentavam suas ações.

O chamado foco no cidadão, isto é, a percepção do cidadão em toda a sua amplitude, abrangendo suas necessidades e demandas como usuário e cliente, como contribuinte e como ator político principal, e a busca do seu atendimento de modo inequivocamente preferencial e com qualidade, re-legitimando o próprio Estado, talvez seja a síntese dos preceitos introduzidos pela Nova Gestão Pública.

Nesse contexto surge a GPR, que de acordo com Holanda e Rosa (2004 p. 39) “é um modelo em que o setor público passa a adotar uma postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência”.

Com relação às avaliações de desempenho, é fundamental resgatar e fortalecer os critérios de mérito para a ocupação, o exercício e a evolução nos cargos e funções públicas, de forma a substituir ou aperfeiçoar critérios como o de senioridade ou de avaliações de competência apenas na entrada do serviço público. Quanto à prestação dos serviços públicos, a burocratização dos processos administrativos, o apego excessivo às normas, o exercício assoberbado de controle sobre meios, características marcantes em processos ou setores de muitas instituições públicas, tornam imperativa a mudança em direção à maior flexibilidade na condução dos serviços e políticas públicas pelos gestores. (Holanda e Rosa, 2004).

Com relação à avaliação de Políticas Públicas, a ótica de Gestão por Resultados (GPR) fornece um embasamento teórico consistente, por meio do Modelo de Marco Lógico, que tem como objetivo otimizar a aplicação dos recursos públicos.

Em síntese, a GPR prioriza o atendimento ao cidadão como cliente, é pró-ativa, toma iniciativas e tem autonomia gerencial. Além do mais, sem negligenciar a qualidade dos processos, adota o controle por objetivos e metas, gerando resultados para a sociedade que atendam às demandas dos cidadãos como clientes. Dessa forma, ganha importância a mensuração dos resultados, o que remete a questão para as atividades de monitoramento e avaliação. (Holanda e Rosa, 2004).

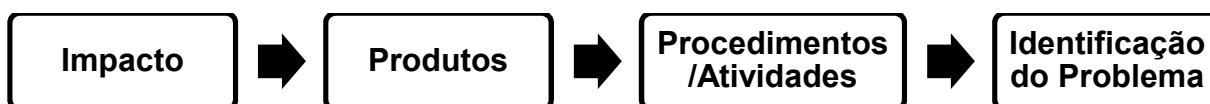
De forma resumida, os fluxogramas 1 e 2, a seguir, diferenciam o modelo tradicional do modelo de gestão por resultados:

Figura 1 – Gestão Pública Tradicional (GPT)



Fonte: Adaptado de Holanda e Rosa (2004)

Figura 2 – Gestão Pública por Resultados (GPR)



Fonte: Adaptado de Holanda e Rosa (2004).

2.4.2 Avaliação de políticas públicas e programas governamentais

Com o advento da GPR, a avaliação de políticas públicas e programas governamentais ganhou destaque, e nos últimos anos as pesquisas na área vem aumentado significativamente.

Cohen e Franco (1993, p.16) determinam, de forma precisa, a importância da avaliação em programas governamentais: “A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação”.

Cavalcanti (2006, p.1) complementa da seguinte forma:

A avaliação de políticas públicas não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou de redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo mas, e especialmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais. Nessa perspectiva envolve o diálogo público - controle social - na sua dinâmica, pois a qualidade dos programas só aumenta quando a participação dos usuários é intensificada e efetivamente acontece.

O processo de avaliação distingui-se em quatro tipos: Avaliação *ex-ante*, Avaliação *ex-post* ou Somativa, Avaliação Formativa ou de Processo e Monitoramento.

Neste trabalho, utilizou-se a avaliação *ex-post*, modalidade em que o processo de avaliação se realiza ao final da fase de implementação ou após a conclusão de um programa. Consiste no exame e análise de objetivos, impactos e

resultados. Em síntese, esse tipo de avaliação investiga em que medida o programa atinge os resultados esperados pelos formuladores.

2.4.3 Conceitos básicos para avaliação de políticas públicas e programas governamentais: eficiência, eficácia e efetividade

Segundo Motta (1990), a eficiência refere-se ao cumprimento de normas e a redução de custos. Sua utilidade é verificar se um programa público foi executado de maneira mais competente e segundo a melhor relação custo-resultado. Eficácia refere-se ao alcance de resultados e à qualidade dos produtos e serviços e sua utilidade é verificar se os resultados previstos foram alcançados em termos de quantidade e qualidade. A efetividade, por sua vez, refere-se ao efeito da decisão pública e sua utilidade é verificar se o programa responde adequadamente às demandas, aos apoios e às necessidades da comunidade.

O quadro 4 apresenta um resumo dos conceitos de eficiência, eficácia e efetividades:

Quadro 4 – Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade.

EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • Fazer mais com menos. • Relação entre bens produzidos e recursos consumidos. • Refere-se aos custos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o objetivo. • Refere-se ao produto. • Condição necessária em GPR, porém insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Refere-se ao impacto. • Efeito do serviço ou bem produzido. • Variação provocada na situação social. • (Produto-Efeito).

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.5 O Método do Marco Lógico

2.5.1 Histórico

“Marco Lógico é um modelo analítico para orientar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de programas ou de projetos governamentais”. (TCU, 2001, p.11).

O Método do Marco Lógico (MML), também conhecido como Modelo de Matriz Lógica, surgiu na década de 1970, no contexto de experiências em gerência

de projetos e planejamento na área de cooperação internacional para o desenvolvimento. Em virtude da fragilidade dos meios de elaboração e acompanhamento de projetos, no ano de 1969 a *United States Agency for International Development (USAID)* contratou consultores que, com base em técnicas de gerenciamento de projetos, elaboraram a abordagem conhecida como Marco Lógico, o qual foi sistematizado pela agência alemã GTZ em um guia de orientação para o planejamento de projetos, mais conhecido como ZOPP (Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos). (PFEIFFER, 2005).

Atualmente, o modelo é tido como referência, e grande parte das organizações internacionais de financiamento e de cooperação para o desenvolvimento adota obrigatoriamente a Metodologia do Marco Lógico. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exige que esse instrumento de planejamento seja utilizado por todas as organizações públicas que buscam financiamento, assim como também o cobram a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (EU), e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O MML também vem sendo utilizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do ministério das Relações Exteriores, na análise de projetos submetidos a sua apreciação. (CABALLERO NUNEZ; CONCEIÇÃO; PEREIRA, 2009).

2.5.2 Estrutura

De acordo com as ideias de Penteadó (2007), o marco lógico apresenta-se como uma matriz de quatro por quatro - representada na figura 3. As colunas da matriz fornecem as seguintes informações:

- a. resumo narrativo dos objetivos e das atividades;
- b. indicadores (resultados específicos a alcançar) que se dividem em: Indicadores de Finalidade e Objetivo, Indicadores de Produto e Indicadores de Atividades;
- c. meios de Verificação;
- d. hipóteses ou pressupostos (externalidades).

As linhas da matriz apresentam informação acerca dos objetivos, indicadores, meios de verificação e hipóteses em quatro momentos diferentes da vida do projeto:

- a. finalidade (benefícios almejados) para a qual o projeto contribui de maneira significativa, assim que entra em funcionamento;
- b. propósito (objetivos), ou seja, resultados diretos associados à geração de bens e serviços;
- c. componentes/resultados atingidos durante a execução do projeto (produtos: bens e serviços);
- d. atividades necessárias para produzir os componentes/resultados.

Quadro 5 – Matriz do Marco Lógico

OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES
FIM			
PROPÓSITO			
COMPONENTE			
ATIVIDADES			

Fonte: Caballero Nunez, Conceição e Pereira, (2009).

Caballero Nunez, Conceição e Pereira (2009, p.100) atentam para a importância da utilização da matriz na implementação de programas governamentais:

A Matriz do Marco Lógico é um sumário(desenho do plano) capaz de identificar os elementos,os fatores externos e as conseqüências esperadas parao problema central. Essa Matriz serve como uma ferramenta de planejamento, execução e monitoria de planos e projetos.

2.5.3 Vantagens e Desvantagens do uso do MML

Penteado (2007) lista algumas das principais vantagens da utilização da MML, que são:

- a. induz à objetividade na elaboração e descrição de programas e projetos;
- b. proporciona uma rápida e sintética visualização de programas e projetos;
- c. possibilita uma rápida e fácil visualização dos principais fatores para acompanhamento.

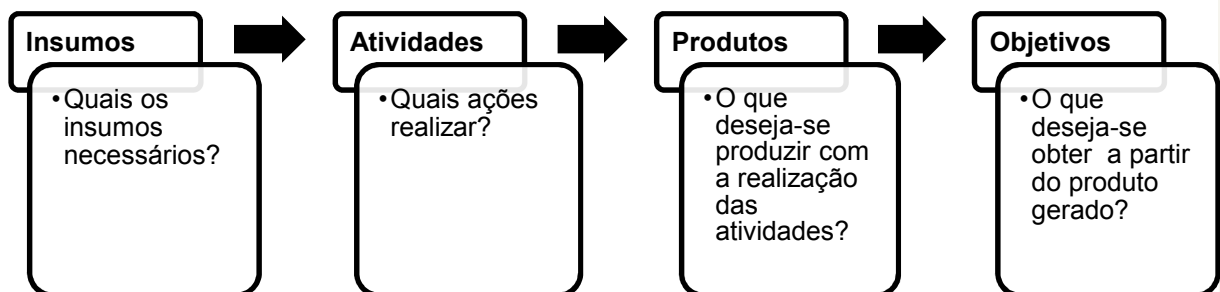
Penteado (2007) aponta também as desvantagens da utilização da MML, que são:

- a. ignora o grau de inter-relacionamento entre diferentes programas e projetos;
- b. ignora a dificuldade de se estabelecer objetivos superiores unívocos para programas e projetos na área pública.

2.5.4 Desenho do Programa

O MML proporciona o esclarecimento ao público em geral, acerca do que se pretende obter com a realização do programa. Assim como o MML, o desenho do programa busca retratar como este vai atuar, prevendo a cadeia de atuação da maneira mais completa possível. Nessa fase, são definidos os insumos necessários, as atividades que se pretende realizar, os produtos que se deseja obter e os objetivos a alcançar. A Figura 6 mostra de forma simplificada as etapas que compõem o desenho de um programa.

Figura 4 – Desenho do Programa



Fonte: Elaborado pelo autor.

O MML e o desenho são instrumentos que facilitam a avaliação dos programas, uma vez que, ao se identificar de forma clara e detalhada a estrutura que compõem o programa em questão, torna-se possível a verificar se os objetivos foram alcançados. Deve-se considerar também que um programa, quando bem desenhado, no qual as variáveis que o afetem sejam analisadas, tende a proporcionar melhores resultados.

3. PROGRAMA MULHRES MIL FORTALEZA

3.1 O Projeto Mulheres Mil

De acordo com Lima (2012), o Projeto Mulheres Mil surge no ano de 2005, a partir de uma parceria entre órgãos canadenses e instituições brasileiras, com o intuito de realizar um trabalho conjunto, de cunho social, no Brasil, voltado para a diminuição de desigualdades sociais causadas por discrepâncias educacionais e/ou econômicas. Para isso, eles contaram com a experiência de profissionais de algumas faculdades canadenses que já trabalhavam com o resgate de pessoas à margem do mercado de trabalho naquele país.

Lima (2002, p. 126) aborda de forma detalhada como se deu a origem do Projeto Mulheres Mil:

A parceria para o desenvolvimento do projeto social se originou de uma forte relação estabelecida entre uma das faculdades canadenses, Niagara College, e o atual Instituto Federal do Rio Grande do Norte, no desenvolvimento de um currículo personalizado de turismo e hospitalidade para ser aplicado em cursos para mulheres carentes daquele estado. Devido ao término das atividades em 2005 e a avaliação exitosa do trabalho, a CIDA aprovou uma extensão do projeto original, que está alinhada com as novas prioridades do governo brasileiro e da própria agência canadense. Essa extensão visou à aplicação da ferramenta de avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia (ARAP) para mulheres desfavorecidas na busca da inclusão social das mesmas. O sucesso dessa iniciativa desenvolvida no Rio Grande do Norte demonstrou aos parceiros dos dois países que os serviços de acesso e de ARAP iniciaram um processo de autoconsciência, que estabeleceu objetivos claros, como também a inclusão de mulheres no mundo da educação formal e da capacitação.

Como fruto da parceria entre Brasil e Canadá, foi então criado o projeto social, composto por projetos menores que juntos tinham como objetivo capacitar e incluir no mercado formal cerca de 1000 mulheres, ao longo de 4 anos (2006 a 2010). O Projeto Mulheres Mil nasceu inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa também contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgadas pela ONU em 2000 e aprovadas por 191 países. Entre as metas estabelecidas, estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, a promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental. (BRASIL, 2012).

Integrado a essas prioridades, o projeto teve como objetivo promover até 2010 a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte. A meta era garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. (BRASIL 2012)

O Projeto Mulheres Mil foi subdividido em subprojetos que foram implantados em 13 estados brasileiros das regiões norte e nordeste e executados pelos Institutos Federais locais. O quadro a seguir mostra a denominação dos subprojetos que cada estado, por meio de seu Instituto Federal, se propõe a trabalhar. (Lima, 2012)

Quadro 3 – Localização e denominação dos subprojetos

Estado	Subprojeto
Alagoas	O doce sabor de ser
Amazonas	Transformação, cidadania e renda.
Bahia	Mulheres: um tour em novos horizontes
Ceará	Mulheres de Fortaleza
Maranhão	Alimento da inclusão social
Pará	Costurando um melhor amanhã para as mulheres da Associação Beneficente Educacional Agostina Recoleta Bom Jesus
Paraíba	Projeto de desenvolvimento comunitário: Beneficiamento e transformação de pescado
Pernambuco	Pernambucana em primeiro lugar
Piauí	Vestindo a cidadania
Rio Grande do Norte	Casa da tilápia
Roraima	Inclusão com educação
Sergipe	Do lixo a cidadania
Tocantins	Construindo a cidadania através da arte

Fonte: Lima (2012)

De acordo com Lima (2012), ficou a cargo de cada Instituto Federal escolher a área de atuação de seu subprojeto, de acordo com as características da

economia da região, objetivando uma melhor gestão do ensino profissionalizante a ser oferecido. Todos os subprojetos, porém, deviam ter como objetivo geral a capacitação dos Institutos Federais participantes para a formação profissional aplicada a mulheres desfavorecidas e o fortalecimento da inclusão social dessas mulheres, possibilitando assim que elas incrementassem o potencial produtivo, promovendo a melhoria das condições de vida pessoal, de suas famílias e de suas comunidades. Essas melhorias seriam fruto de um crescimento em nível educacional, pelo retorno à educação formal, e de uma conscientização da importância desse tipo de educação para suas vidas.

No Ceará, o projeto integrante do Projeto Mulheres Mil foi denominado Mulheres de Fortaleza. O adjetivo “Fortaleza” é, ao mesmo tempo, uma alusão direta ao nome da capital do estado e a seu sentido conotativo, como sinônimo de vigor e solidez, vocábulos cujos significados foram estimulados nas participantes do Projeto, para que pudessem mudar positivamente suas vidas, mediante ações concretas que possibilitassem afetar seu papel de cidadãs. (Lima, 2012)

3.2 O Programa Mulheres Mil

O Projeto Mulheres Mil foi transformado em programa independente do governo, passando a ser Programa Mulheres Mil, o qual foi instituído pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.015, de 21 de julho de 2011, como uma ação integrante do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). O Programa insere-se no eixo de Inclusão Produtiva do BSM e tem por objetivo propiciar o acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social a oportunidades de ocupação e renda por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada com carga horária mínima de 160 horas. (BRASIL, 2011)

Inicialmente, o Programa foi implementado em 100 Institutos Federais que aderiram ao edital de chamada pública do MEC. Para participar da seleção, exigiu-se que mulheres deveriam estar inscritas no Cadastro Único, obedecendo ao critério de renda mensal, que é de até meio salário mínimo por pessoa ou de até três salários mínimos por família. (BRASIL, 2011)

Nessa fase, o programa foi implantado em todo o país, cabendo a sua execução aos Institutos Federais. Cada novo *campus* contemplado recebeu R\$ 100 mil por ano para atender a 100 alunas. (BRASIL, 2011)

Atualmente, mais de 10 mil brasileiras já são atendidas pelo programa Mulheres Mil. O diferencial do programa é trabalhar a questão de gênero, aliada à profissionalização e à elevação de escolaridade. Presente em todo o país, o Mulheres Mil é uma política pública já executada em 112 *campus* de institutos federais de educação, ciência e tecnologia. A meta do programa é promover, até 2014, a emancipação social, econômica e educacional de 100 mil brasileiras. Para o ano de 2013, o Ministério da Educação prevê a abertura de pelo menos 20 mil novas vagas para atender brasileiras em situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2011)

3.3 A experiência no Instituto Federal do Ceará (IFCE)

No IFCE, o Projeto Mulheres Mil iniciou-se em 2007, com suas ações executadas no *campus* de Fortaleza, as quais foram reconhecidamente exitosas, possibilitando o aperfeiçoamento do programa e a sua extensão para outras unidades.

Em consequência das características econômicas da região e da demanda de mão de obra qualificada para trabalhar no setor hoteleiro, ficou decidido que o Projeto Mulheres de Fortaleza trabalharia com cursos de qualificação na mesma área: turismo e hospitalidade. Fatores determinantes para a escolha da oferta de cursos foram a valorização da cidade de Fortaleza como um dos mais fortes e organizados destinos turísticos dentro do Brasil e o reconhecimento do Instituto Federal como instituição mais antiga a oferecer curso profissionalizante na área de turismo, dentro da cidade de Fortaleza. Dessa forma, foram ofertados 2 cursos para cada turma formada pelo projeto. Os cursos eram de Manipulação de alimentos e de Governança.

Os cursos de Governança e Manipulação de Alimentos englobavam temas como saúde pública, direitos sociais, proteção ambiental, cooperativismo, empreendedorismo e inclusão digital, além de outros temas pertinentes. Com isso, além da formação profissional, buscava-se uma ampla formação das participantes, no sentido de promover a inclusão social.

Lima (2012, p.138) aborda essa característica dos cursos oferecidos pelo projeto:

Cada turma teve que cumprir dois módulos; divisão necessária para efeito de organização dos cursos-base, principalmente. No primeiro módulo, que compreendeu dois trimestres, estavam inseridos conhecimentos sobre português básico e matemática básica, noções de educação ambiental, higiene e segurança do trabalho e as ações ligadas ao curso de Manipulação de alimentos. Também estavam contempladas nesse módulo, palestras sobre autoestima e sobre comportamento sustentável e relações humanas, uma oficina de empreendedorismo, além de encaminhamento ao PROEJA, caso fosse necessário e aceito pela participante. Para o segundo módulo, correspondente a mais dois trimestres, mais noções de português e matemática básicos foram vistos, acrescidos de conhecimentos introdutórios de inglês e espanhol. Nesse período, as participantes tiveram uma palestra sobre cooperativismo, outra sobre cidadania e direito das mulheres e outra sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e higiene pessoal. O curso-base de Governança estava também incluído nesse módulo. Os conhecimentos referentes à inclusão digital foram apresentados e trabalhados durante todo o período do projeto, principalmente no decorrer dos cursos-base quando as participantes entraram em contato direto com máquinas modernas necessárias a realização das atividades de cada curso.

Além de ofertar os cursos, o projeto apresentava ações pós-curso, com o intuito de encaminhar as alunas recém-formadas para estágio junto à rede hoteleira local. Após a realização do estágio, ocorreria a certificação das participantes e seria construída também uma espécie de *curriculum vitae*, denominado portfólio, onde constaria toda documentação individual e os comprovantes do aprendizado formal e não formal, com o objetivo de se constituir em uma ferramenta que facilitasse a apresentação dessas mulheres, no mercado de trabalho formal.

Atualmente, na fase de programa, oferta-se apenas o curso de Manipulação de Alimentos, mantendo a formatação de plano de curso apresentada enquanto projeto social. O processo de encaminhamento para estágio foi aperfeiçoado e foram incluídas no curso aulas práticas e oficinas. Além disso, as alunas passaram a ter a possibilidades de participar das atividades de lazer oferecidas pelo IFCE.

4. Metodologia

4.1 A pesquisa

A presente pesquisa possui um enfoque econômico e é desenvolvida através do método de abordagem indutivo, tomando os resultados aqui obtidos como generalizantes, mas reconhecendo o caráter temporal e particular do objeto pesquisado. Pode ser definida, segundo a natureza da pesquisa, como aplicada, realizada através de um estudo de caso com objetivos de caráter exploratório, uma

vez que visa fornecer informações sobre o objeto da pesquisa e corroborar ou refutar as hipóteses formuladas previamente.

4.2 Coleta e análise de dados

Neste trabalho foram utilizados dados primários. A pesquisa em fontes primárias é produzida através de documentos originais, ainda não utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, ou seja, foram elaborados e coletados pelo pesquisador para o uso em uma pesquisa específica, podendo ser obtidos através de instrumentos variados como entrevistas, questionários/formulários ou observação.

Dessa forma, o presente trabalho trata da observação de um estudo de caso, tendo caráter quantitativo e qualitativo, no qual se utilizaram dados primários coletados a partir da aplicação de um questionário respondido pelas alunas da turma de 2011.1 que concluíram o curso de Manipulação de Alimentos, ofertado pelo Programa Mulheres Mil.

O questionário como instrumento de coleta de dados consistiu num conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente, e dispostas em itens. O criado para a presente pesquisa foi entregue às mulheres participantes do Projeto Mulheres Mil e respondido sem a participação/intermediação do pesquisador. Como pode ser visualizado no Apêndice A, o questionário traz um pequeno cabeçalho explicativo sobre os objetivos da pesquisa, a importância da colaboração e o resguardo do sigilo; como também perguntas de tipos variados: dicotômicas (nº 7, 8 e 9), abertas (nº 17 e 18) e de múltipla escolha (nº 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16).

4.3 A amostra

Para delinear de forma mais clara e homogênea algumas características e impressões das participantes pesquisadas, apresentam-se aqui os resultados, de acordo com a sequência de questões do questionário elaborado especificamente para essa pesquisa. Do total de 50 inscritas no Programa Mulheres Mil no semestre de 2011.1, 40 concluíram o curso e 35 alunas responderam o questionário, o qual forneceu os dados analisados a seguir por meio de gráficos.

4.4 Avaliação dos Resultados

Na análise dos dados, utilizou-se a representação gráfica para ajudar na identificação das transformações provocadas pela participação das mulheres no PMMF.

O processo de avaliação do PMMF ocorreu sob a ótica da GPR, mediante ao uso de conceitos básicos, tais como: insumos, produtos, atividades, impacto, desenho e marco lógico.

Dessa forma, nesse trabalho buscou-se verificar os critérios de eficiência, eficácia e efetividade, de modo a mensurar o custo-benefício do investimento em questão.

Como medida de eficiência, usaremos a relação entre o aumento de renda obtido decorrente da participação no PMM e o custo unitário por aluna.

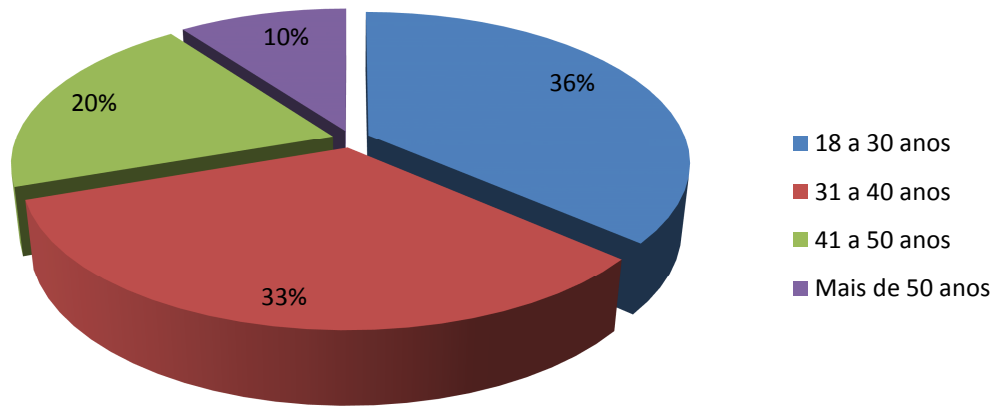
A eficácia será estimada a partir do percentual de alunas que concluíram as atividades do PMM e a medida de eficiência levará em consideração a taxa de inserção das formadas no mercado de trabalho, assim como, o percentual de mulheres que retomaram os estudos.

5. RESULTADOS

4.1 Caracterização da amostra

A faixa etária das entrevistadas apontou para um grupo expressivo, que está em idade bastante produtiva para o mercado de trabalho, como mostra o gráfico a seguir. Os dois maiores grupos somados chegaram a 70%. Com isso, é demonstrado que a maioria das participantes está apta a se inserir no mercado de trabalho formal, por ainda estar em idade pró-ativa, entre 18 e 40 anos, podendo ser absorvida facilmente por empresas ligadas ao ramo hoteleiro ou à cadeia de estabelecimentos de alimentação da cidade de Fortaleza. Os outros 30% das participantes, que estão acima dos 40 anos de idade, podem encontrar dificuldade de inserção no tipo de empresa citada, mas têm a possibilidade também de inserção no mercado, por meio das cooperativas e da ação empreendedora.

Figura 5 – Faixa etária

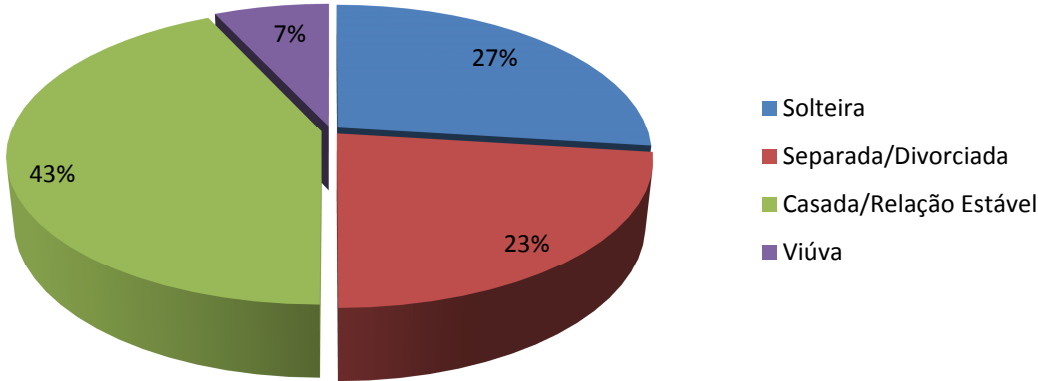


Fonte: Elaborado pelo Autor.

As segunda e terceira perguntas estão relacionadas para demonstrar a posição da mulher como necessária para manter ou auxiliar na renda familiar. O estado civil e a quantidade de filhos são essenciais para que não seja negligenciada a real importância de inserção e permanência dessas mulheres na economia formal, no intuito de suprir suas famílias com fatores básicos de sobrevivência, como primeiro passo de uma vida digna. Só esses fatores já exigiriam de qualquer ação social implantada na comunidade um compromisso maior com a empregabilidade, fazendo com que houvesse uma mudança palpável no cotidiano das famílias e, conseqüentemente, uma verdadeira mudança na qualidade de vida dos indivíduos.

Enquanto 27% das entrevistadas se declararam solteiras, esse número caiu para 13%, ao responderem que não possuíam filhos, ou seja, 14% das mães não contavam formal ou permanentemente com a ajuda de um cônjuge, mas já possuíam dependentes diretos. Todas as casadas, ou mulheres com relação estável, representando 43% do total, declararam possuir pelo menos 1 filho. Aumentando o número de mulheres com filhos, que estão à frente de suas famílias ou são responsáveis diretas pela criação de suas proles, somou-se a parcela de mulheres separadas ou divorciadas e que representavam 10% do total da amostra, todas com 1 ou mais filhos. Ao final, chega-se a 77% das entrevistadas apresentando prole, tornando-as peça importante para a economia de suas famílias.

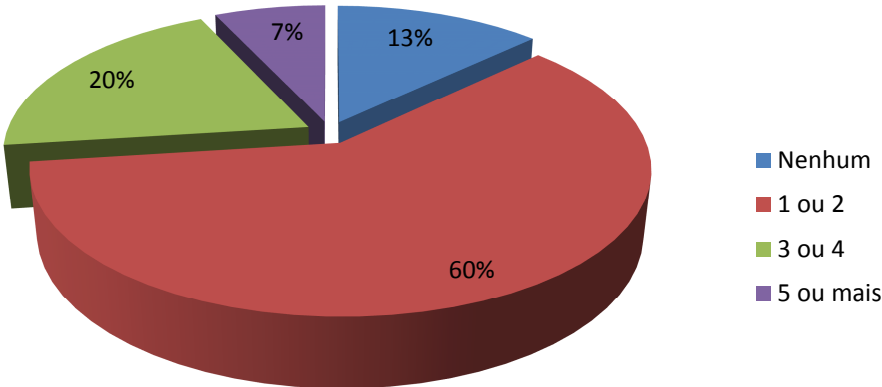
Figura 6 – Estado civil



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Como é demonstrado no gráfico a seguir, o número de mulheres com prole superior a 2 filhos é de 27% das entrevistadas, número maior ainda que o de mulheres sem filhos.

Figura 7 – Quantidade de filhos

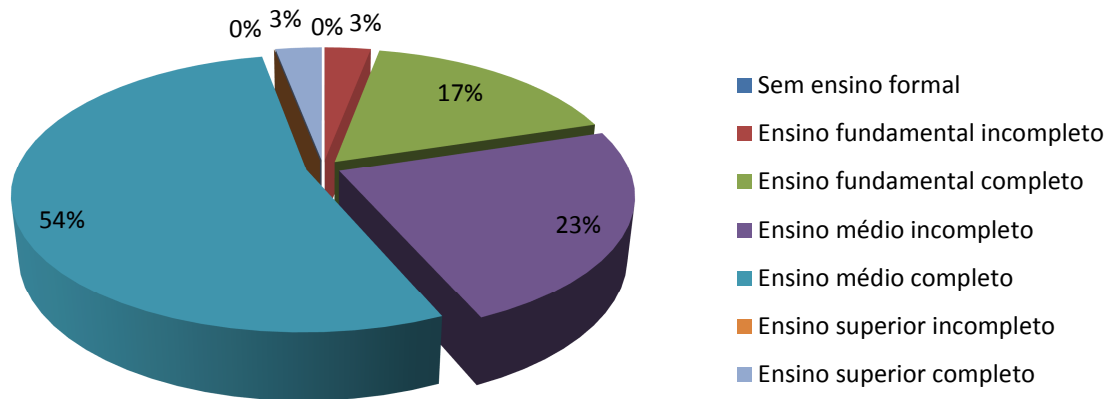


Fonte: Elaborado pelo Autor.

55% do total das entrevistadas possuíam o ensino médio completo. Os 45% restantes estavam divididos entre os outros níveis de escolaridade, variando

entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto. Ninguém declarou que não frequentou a escola, nem tampouco que iniciou ou terminou algum curso universitário.

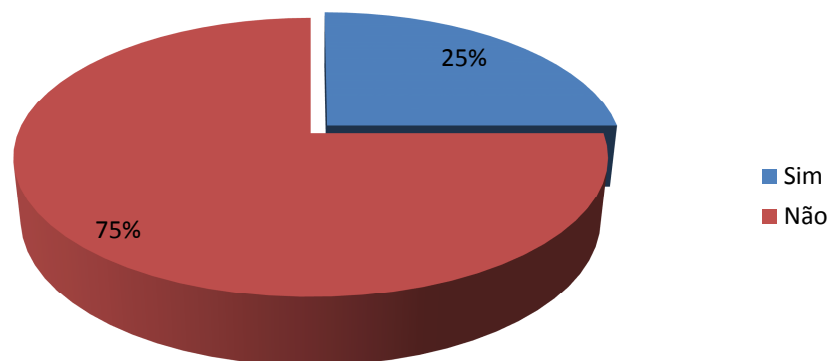
Figura 8 – Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Verificou-se que 75% das participantes não possuíam qualquer experiência na área de manipulação de alimentos, enquanto que 25% já tinham realizado algum trabalho na área. Seja no mercado formal ou informal.

Figura 9 – Experiência

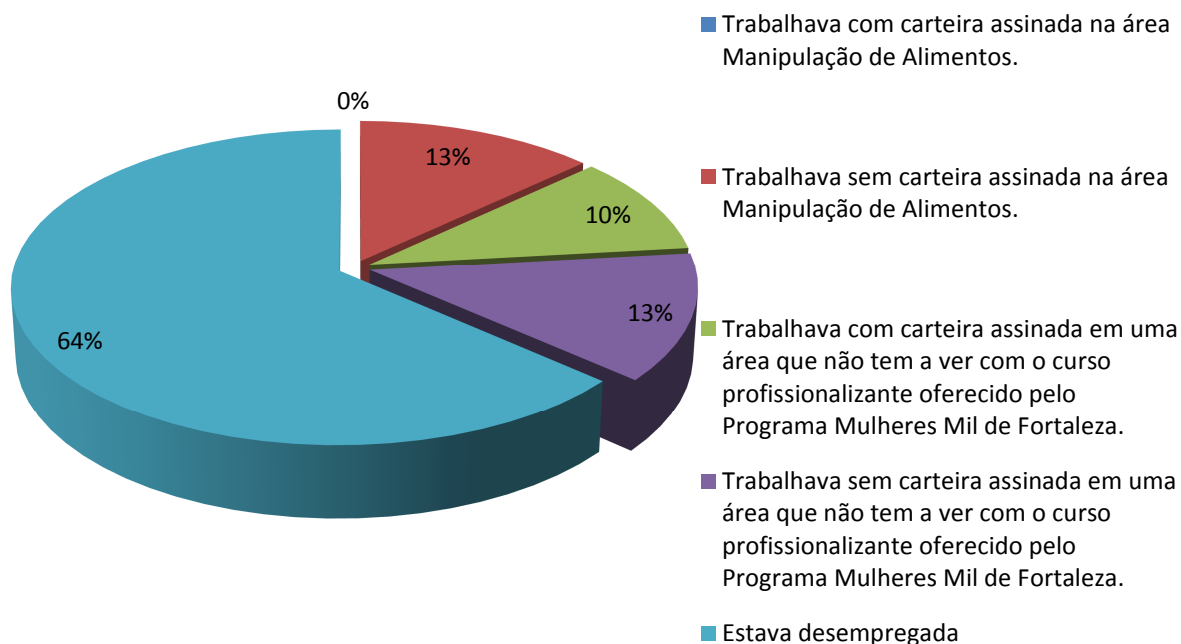


Fonte: Elaborado pelo Autor

As questões 9 e 12 buscavam identificar a situação das participantes no mercado de trabalho e seus interesses em oportunidades de emprego. Verificou-se que mais da metade das ingressas no PMM estavam desempregadas, exatamente

64% da amostra, enquanto que apenas 10% trabalhavam com carteira assinada, sendo que desse percentual nenhuma trabalhava formalmente na área de manipulação de alimentos.

Figura 10 – Colocação no mercado de trabalho antes do ingresso no PMM.



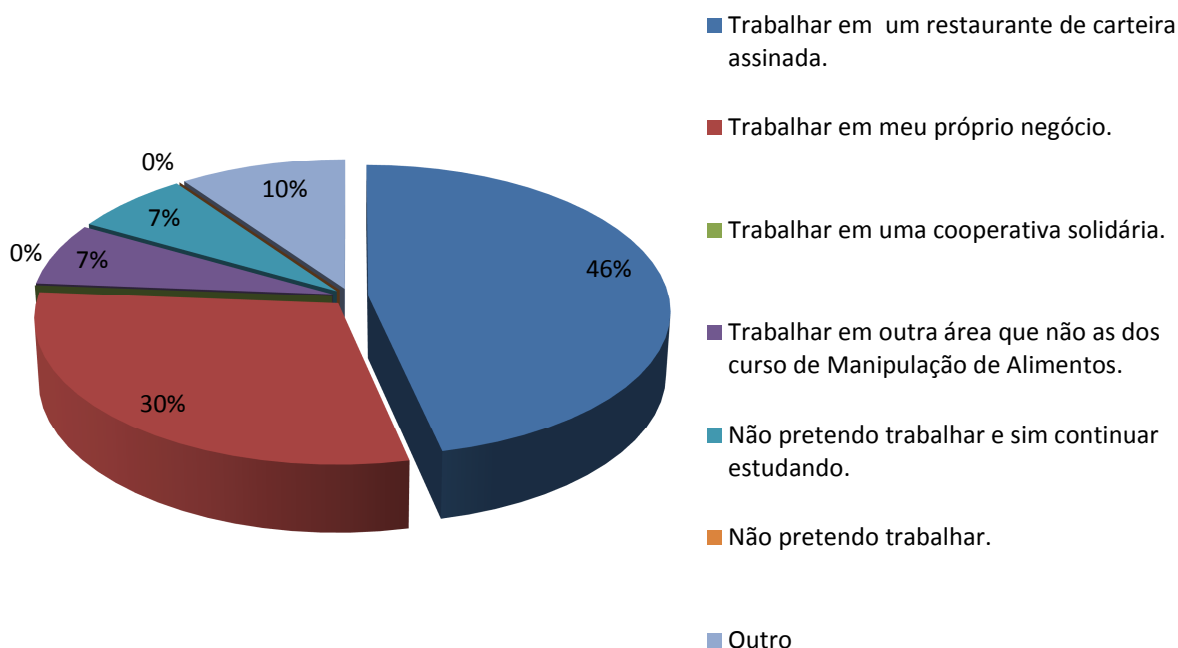
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Com relação aos interesses em oportunidades no mercado de trabalho, destaca-se que 30% das entrevistadas buscavam capacitação para iniciar seu próprio negócio. Como esperado, a maior parte da amostra (46%) tinha como interesse conseguir emprego formal em um restaurante. Enquanto que 14% não tinham a pretensão de trabalhar na área de manipulação de alimentos.

Como fator ratificador da necessidade de inserção econômica das participantes do programa, encontram-se no gráfico a seguir suas expectativas no que diz respeito às possibilidades de aceitação de emprego. As entrevistadas se dividiram ao apontar áreas de trabalho de sua preferência ou outras perspectivas para suas vidas. Elas se colocaram, na maioria das vezes, aptas a se inserirem em

variados ambientes de trabalho, devido a a grande necessidades de superar as dificuldades econômicas presente na família.

Figura 11 – Interesses de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo Autor.

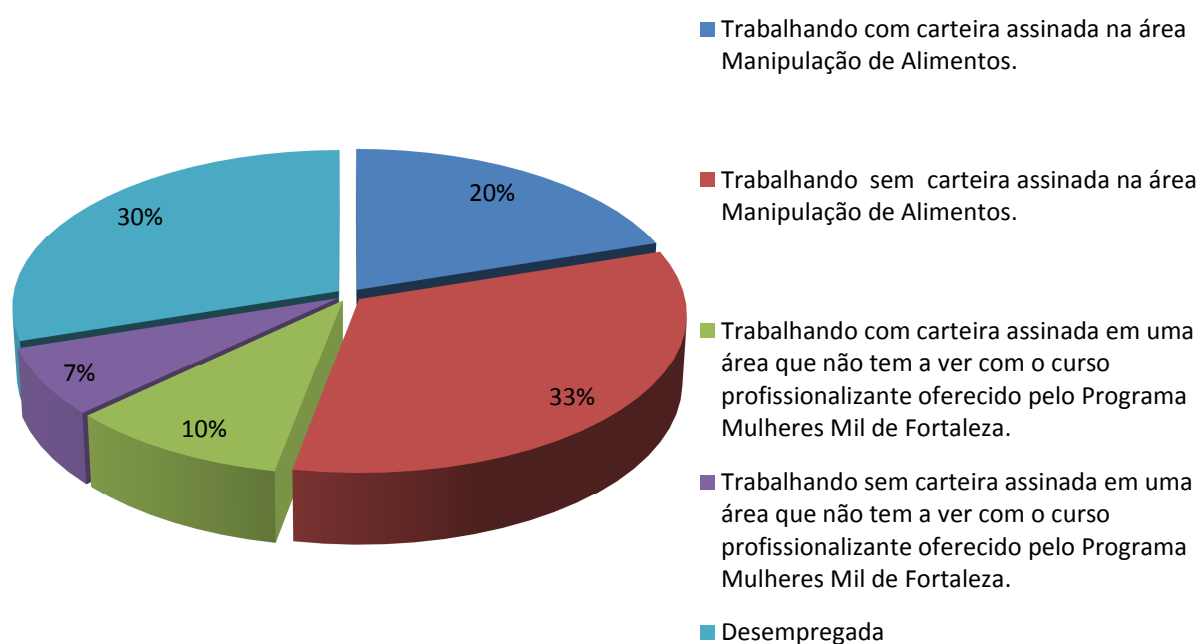
4.3 Mudanças após a participação no PMM.

Das 50 mulheres inicialmente matriculadas no PMM, 40 alunas (80%) concluíram o curso realizado ao longo de seis meses. A seguir analizaremos os efeitos sociais e econômicos decorrentes do produto gerado (alunas formadas) a partir do PMM.

Passado um ano do término das atividades da turma 2011.1, 30% das entrevistadas ainda declararam estar desempregadas. Adicionando a esse percentual o número de mulheres que estão trabalhando sem carteira assinada, chegou-se a 63% do total. Atingiram-se 80%, quando foi somado também o percentual de 17% de mulheres, que estavam com alguma ocupação, mas em outra área que a de Manipulação de Alimentos. Trabalhou-se, então, com apenas

20% das egressas do PMM resultado efetivo, em relação ao ingresso no mercado de trabalho formal. Essa porcentagem final não é representativa para um dos eixos norteadores do Programa, que é o de inserir o maior número de participantes possível no mercado de trabalho formal, como meio de transformação e melhoria social. Não se atingiram nem 50% de inclusão econômica mediante a inserção na gastronomia local. Esses dados alertam para a necessidade de uma reflexão sobre o trabalho realizado e de atitudes a serem tomadas, que possibilitem a modificação dos resultados aqui apresentados, para as próximas turmas.

Figura 12 – Trabalho Atual

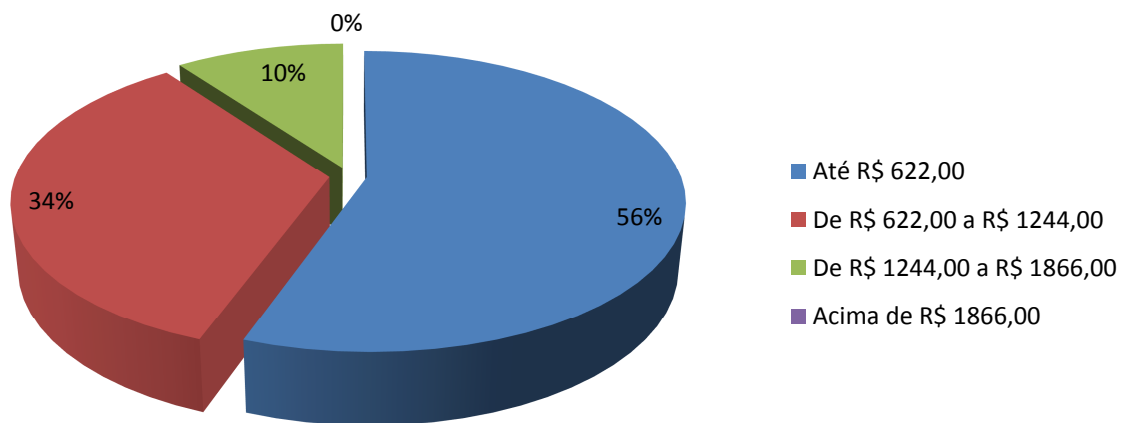


Fonte: Elaborado pelo Autor.

Com relação ao nível de renda das egressas do PMM, verificou-se que mais de metade das entrevistadas possuíam renda familiar de até 1 salário mínimo, ou seja, 56% dessas mulheres pertencem à classe E, segundo a classificação de classe econômica do IBGE. O restante pertence à classe D, tendo renda familiar que

varia de 1 a 3 salários mínimos. A figura 13 – mostra o percentual de mulheres e sua respectiva faixa de renda.

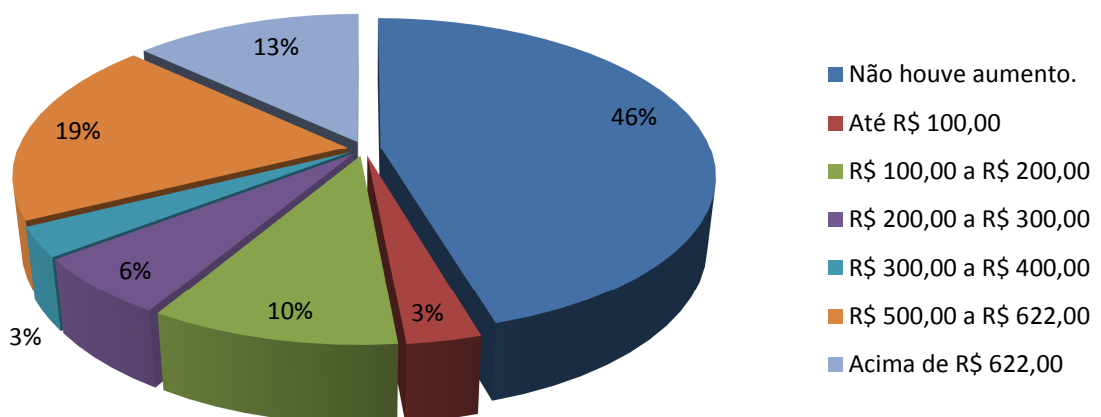
Figura 13 – Renda Familiar



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A pergunta 9 teve como objetivo estimar o ganho de renda familiar decorrente da participação do PMM, o qual é representado na figura a seguir:

Figura 14 – Aumento de renda após a participação no PMM



Fonte: Elaborado pelo Autor

A partir dos dados coletados, verificou-se que 46% das entrevistadas não obtiveram nenhum ganho adicional após a conclusão do curso ofertado pelo PMM e que apenas 13% obtiveram ganho acima de um salário mínimo. O restante da amostra (41%) teve um aumento de renda no valor de até um salário mínimo.

Tomando a média do incremento de renda da seguinte forma:

$$46\% \cdot R\$ 0,00 + 3\% \cdot R\$ 50,00 + 10\% \cdot R\$ 150,00 + 6\% \cdot R\$ 250,00 + 3\% \cdot R\$ 350,00 \\ + 19\% \cdot R\$ 550,00 + 13\% \cdot R\$ 622,00 = R\$ 227,36$$

Temos então que o aumento médio de renda é de aproximadamente R\$ 227,00. Ao relacionarmos a metade do valor anual repassado pelo governo federal para a execução do PMM e considerarmos que 40 alunas concluíram o curso iniciado no semestre 2011.1, obtemos que:

$$R\$ \frac{50.000,00}{40 \text{ Alunas formadas}} = R\$ 1250,00/\text{aluna formada}$$

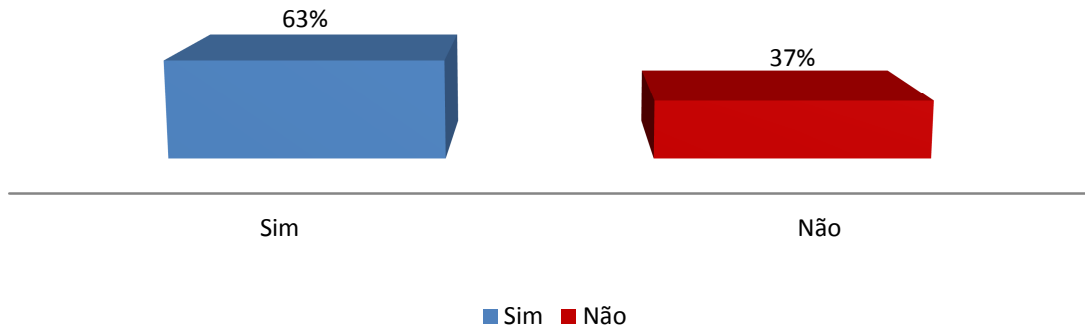
Dessa forma, conclui-se que para formar as mulheres do PMM, semestre 2011.1, o Governo Federal necessitou investir o valor de R\$ 1.250,00 por aluna.

Por fim, confrontado o valor investido por aluna com o aumento médio de renda proporcionado pelo PMM, obtemos que em aproximadamente 6 meses o ganho de renda ultrapassa o valor do investimento unitário das participantes do PMM.

Outro fator relevante analisado refere-se à importância da educação para a inserção no mercado de trabalho. Todas as entrevistadas responderam que foram orientadas a melhorar seu nível de instrução e 63% disseram que após a participação no PMM voltaram a estudar - Figura 19.

Vale lembrar que, além de buscar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o PMM tem como objetivo promover a inclusão social. Dessa forma, estimular a melhoria do nível educacional consiste em uma ferramenta de suma importância para tal. Além disso, espera-se que as mães, ao se conscientizarem e adquirirem uma melhoria na sua educação, tenham uma maior preocupação com a qualidade da educação de seus filhos.

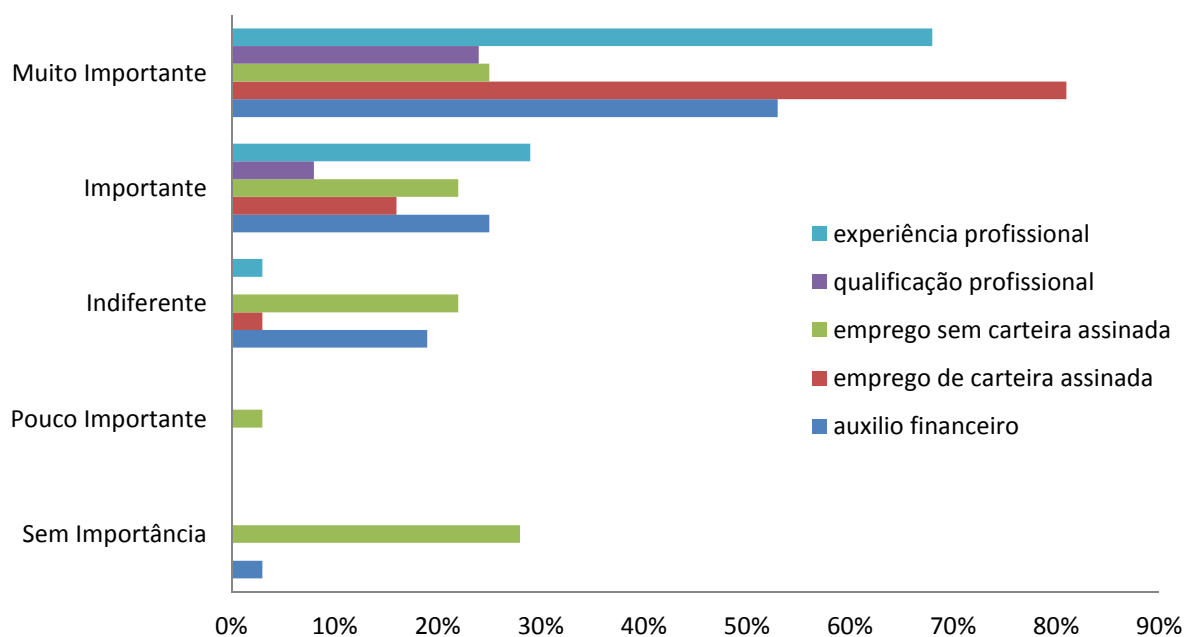
Figura 15 – Entrevistadas que voltaram a estudar depois do PMM.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Por meio da pergunta número 13, buscou-se identificar o grau de importância que as entrevistadas atribuíam aos aspectos que motivaram a participação no PMM – Figura 15. Destaca-se o grau de importância atribuído à possibilidade de conseguir um emprego de carteira assinada, em que 81% das entrevistadas classificaram como muito importante.

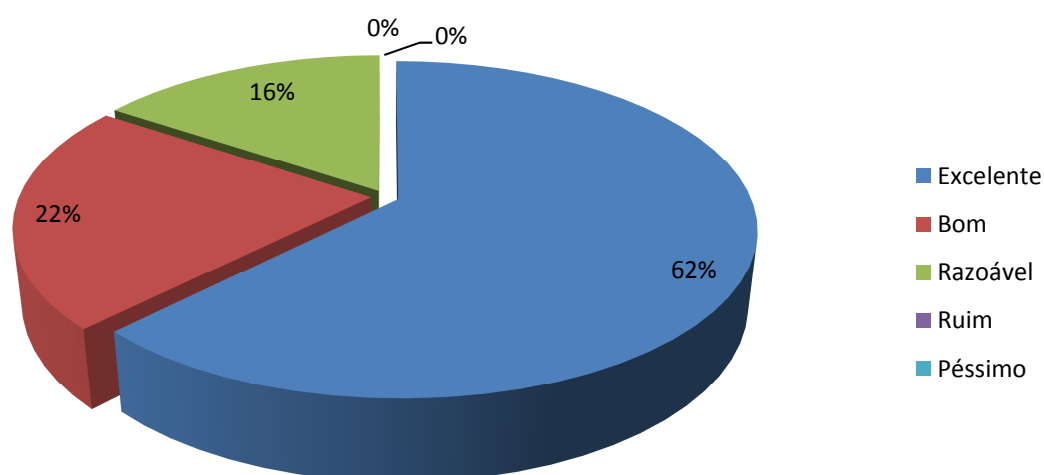
Figura 16 – Grau de importância dos aspectos que motivaram a participação no PMM.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A pergunta número 15 do questionário interrogou diretamente o nível de satisfação com o Projeto Mulheres de Fortaleza. Havia cinco opções para escolha, que iam descendo o nível de satisfação gradativamente. As duas últimas opções, relacionadas a uma avaliação negativa, não foram assinaladas por nenhuma das participantes. As respostas ficaram divididas entre as 3 primeiras, como estão demonstradas no gráfico seguinte.

Figura 17 – Satisfação com o PMM



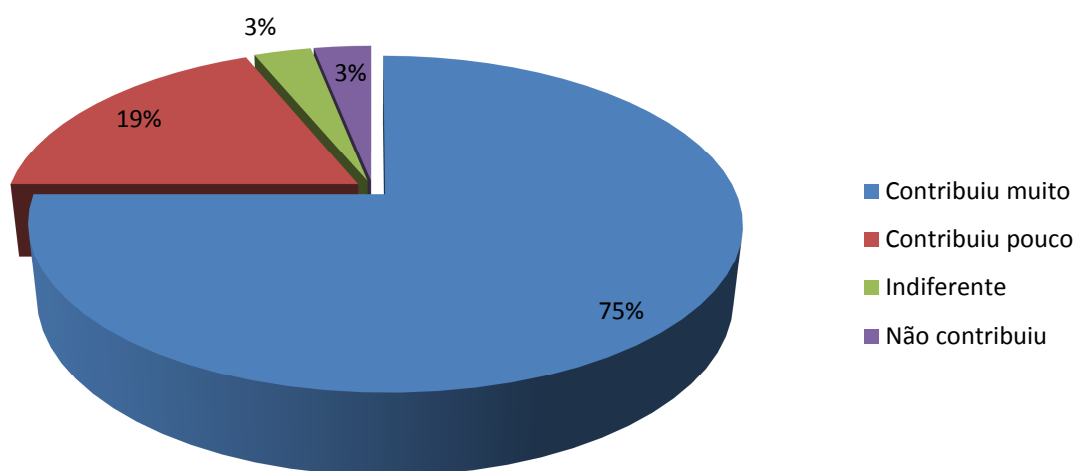
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Como o gráfico demonstra, 62% das entrevistadas afirmaram que as atividades desenvolvidas foram excelentes. Somando-se a esse percentual os 22% que avaliaram o PMM como bom, chegou-se a 84% de aprovação do Projeto. Sobraram, então, 16%, que apenas gostaram razoavelmente do que lhes foi apresentado durante o semestre de atividades do Programa.

Essa avaliação, feita de maneira anônima, indica um acerto no caminho escolhido para a elaboração e aplicação do Programa. As participantes pesquisadas expressaram, de forma clara e objetiva, sua identificação e satisfação com vários aspectos da ação social. Todavia, também foram percebidas ansiedades sobre a eficácia do investimento feito por elas na questão do tempo dedicado às atividades teóricas e práticas propostas pelo Programa, além da expectativa sobre a inserção no mercado de trabalho formal, para cumprir um dos objetivos iniciais.

Por fim, através da pergunta número 16, buscou-se saber o quanto o PMM contribuiu para o aumento do bem-estar das entrevistadas – Figura 18. Observou-se que a maioria das egressas declarou que o programa contribuiu para o aumento do seu bem-estar (94%), enquanto que apenas 6% disseram que não houve nenhuma contribuição.

Figura 18 – Contribuição do PMM para o aumento do bem-estar



Fonte: Elaborado pelo Autor.

As duas últimas perguntas referiam-se às dificuldades encontradas durante a participação no PMM, bem como as sugestões para a melhoria do mesmo. Em relação as dificuldades, foram citadas com mais frequência a questão da fragilidade financeira e o longo tempo fora das salas de aula, uma vez que grande parte das alunas já não frequentava a escola há muito tempo.

As sugestões mais frequentes foram a melhoria no encaminhamento para estágio e a criação de turmas em outro horário, pois o horário das 13 às 17 horas torna difícil a conciliação do curso com o trabalho, para as mulheres que estavam empregadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os resultados obtidos, mediante a aplicação do questionário com as participantes do PMM, no semestre de 2011.1, podem ser feitas algumas reflexões acerca da eficiência, da eficácia e da efetividade do programa em questão.

Em relação à eficiência, verificamos que as alunas formadas, ao obterem um aumento de renda na média R\$ 227,00, recuperam o valor de R\$ 1.250,00, investido pelo Governo Federal, no prazo de 6 meses. Fazendo esse cálculo em análises posteriores, com outras turmas do PMM, pode-se comparar o nível de eficiência do investimentos nas turma do PMM.

Outra possibilidade, seria comparar o investimento/acrescimento de renda obtido, entre diferentes programas governamentais, de forma a indentificar qual programa é mais eficiente nesse quesito. Vale lembrar que levamos em consideração apenas o investimento/acrescimento de renda obtido, para simplificar a estimação da eficiência, uma vez que existem outros aspectos a ser considerados de acordo com os objetivos do programa em questão. Mas se fez necessária essa simplificação, em virtude da dificuldade em mensurar variáveis como bem estar e inclusão social, por exemplo.

O número de alunas formadas no semetre analisado (2011.1) reflete a eficácia do PMM. Verificou-se que 80% das matriculadas conseguiram concluir as atividades do PMM, ou seja, o produto gerado (alunas formadas) corresponde a 80% do que foi planejado como meta.

Sabemos que apenas a entrega do produto (eficácia) não é suficiente, embora seja imprescindível para que um programa apresente bons resultados. Assim, além da eficácia e da eficiência, faz-se necessária a análise em termos de efetividade.

Em relação a efetividade do PMM, verifica-se que após a entrega do produto (alunas formadas), apenas 30% das entrevistadas continuavam desempregadas. Houve uma redução de cerca de 50% das mulheres que declaravam estar desempregadas, uma vez que, antes de participarem do PMM, 64% declararam estar desempregadas.

Outra indicador do nível de efetividade é o percentual de mulheres que voltaram a estudar após participarem do PMM (75%), uma vez que a promoção da

inclusão social é um dos impactos que se espera gerar e essa inclusão não depende apenas do ingresso no mercado de trabalho.

Contra os dados apresentados anteriormente, temos a baixa taxa de ingresso no mercado formal: enquanto que 83% das entrevistadas declararam que a possibilidade de conseguir um emprego formal foi muito importante na decisão de participarem do PMM, apenas 30% delas estavam trabalhando com carteira assinada, após concluírem as atividades do PMM. O melhoramento do desenho do programa, com o objetivo de proporcionar mecanismos que possibilitem a inserção no mercado formal, é uma das formas de melhorar esse aspecto do Programa.

Diante do exposto, espera-se que este trabalho contribua para a melhoria do PMM, pois embora os dados e as análises aqui apresentados sejam simplificados e pontuais no tempo e no objeto estudado, eles podem auxiliar no desenvolvimento do programa em questão. Dessa forma, a pesquisa não se esgota aqui, haja vista que a análise de diversos aspectos (tais como: monitoramento, avaliação *ex ante*, pesquisa de outros indicadores de eficiência, efetividade e eficácia) é necessária para que o PMM continue sua trajetória de sucesso.

BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, M.T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: CARVALHO, M.C.B. et al. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-41.

BECKER, Gary S. **Capital Humano e pobreza**. 2006. Disponível em <<http://www.cieep.org.br/index.php?page=artigossemana&codigo=480>>. Acesso realizado em 29/05/2013 11h40min.

BRASIL. **Portaria do MEC nº 1.015** – Ministério da Educação. Disponível em <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso realizado em 06/02/2013 às 19h42min.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas. Versão de junho/2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>> Acesso realizado em 04/02/2013 12h10min.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais** – Uma abordagem conceitual. Interf Saberes v. 6, n. 1, 2006. Disponível em <<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>> Acesso realizado em 17/06/13 as 18:34min.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Introdução à macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1992.-

FRIGOTTO, Gaudencio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista**. 3 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

HOLANDA, Marcos Costa; ROSA, Antônio Lisboa T.; ALBUQUERQUE, Keyla Christina. **Gestão pública por resultados na perspectiva do Estado Do Ceará**. Nota Técnica, n. 11, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Demográfico 2008**, Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 05/01/13 às 16h30min.

LIMA, Júlio Cesar Ferreira. **O ensino profissionalizante como ferramenta para cidadania e inclusão social: O Projeto Mulheres de Fortaleza**. 2012.

MOREIRA, I. D. C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, abr./set. 2006. Disponível em <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/29/51>>. Acesso realizado em 28/05/2013 11h42min.

MOTTA, Paulo Roberto. **Avaliação da Administração Pública**: Eficiência, Eficácia e Efetividade. FUNDAP, 1990.

NUNEZ CABALEIRO B. E; CONCEIÇÃO R. J da; PEREIRA, E. C. A metodologia do marco lógico e a gestão da informação: um estudo de caso para Tunas-PR. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n.1, p. 63-75, jan./abr., 2009.

PENTEADO, P. Elaboração de programas e projetos. Disponível em: <<http://www.ufba.br/~paulopen/logtex.html>>. Acesso realizado em 10/06/2013 às 14h39min.

PFEIFFER, P. **Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento**: Conceitos, Instrumentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

PIRES, V. **Economia da Educação**: Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PUZIOL, Jeinni Kelly Pereira; SILVA, Jani Alves da. **A teoria do capital humano**: uma análise dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino de geografia. . Disponível em <http://www.dge.uem.br/semana/eixo9/trabalho_30.pdf>. Acesso realizado em 25/05/2013 as 11h20min.

ROSA, Antonio Lisboa et al. O Marco Lógico da Gestão Pública por Resultados (GPR). In: HOLANDA, Marcos C. (Org.) **Ceará a Prática de uma Gestão Pública por Resultados**. Fortaleza: IPECE, Cap. 3, p. 37-53, 2006.

SERRA, Alberto. **Modelo aberto de gestão para resultados no setor público** / Alberto Serra; tradução de Ernesto Montes-Bradley y Estayes. - Natal, RN: SEARH/RN, 2008. Disponível em <http://www.escoladegoverno.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_eg/arquivos/publicacoes/gestao_para_resultados.pdf>. Acesso realizado em 11/06/13 as 14h06min.

SOARES, Andréa de Almeida Rosa. **As mudanças na educação brasileira no contexto Neoliberal e suas implicações no ensino superior**. VIII Congresso Latino americano de Humanidades, 2007, Campos de Goytacazes. Disponível em: http://www.linguagensdesenhadas.com/imagens/03-textos/Andrea_artigo2.pdf. Acesso realizado em 06/01/2013 14h42min.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Introdução a Economia**. São Paulo: Atlas, 1996, p. 273-310.

SCHULTZ, Theodore W. "Investment in human capital." *The American economic review*, v.51.1, p. 1-17, 1961.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Trad. De Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso realizado em 04/06/2013 às 13h39min.

TEIXEIRA, Z.A. "**Políticas públicas e educação para crianças, adolescentes e jovens**". *Políticas públicas sociais*. Brasília, Inesc, 1999.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Projetos Culturais - Técnicas de Modelagem**. 2ª Edição Revisada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DA UNIÃO, T. D. C. (2001). **Técnicas de auditoria marco lógico**. Secretaria-geral de controle externo e secretaria de fiscalização e avaliação de programas de governo. Brasília: SEPROG/SEGECEX.

APÊNDICE A – Questionário aplicado com as participantes do Projeto Mulheres de Fortaleza

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Eu, Diogo de Matos Pereira, sob a orientação do Professor Dr. Marcos Holanda da Costa, busco levantar dados para meu trabalho de monografia intitulado de “Políticas Públicas Educacionais como instrumento de Inclusão Social: Uma Avaliação do Programa Mulheres de Fortaleza” que será apresentado na Universidade Federal do Ceará. Para isso, solicito sua participação através desse questionário abaixo. Asseguramos que sua participação será tratada com sigilo, e que os resultados só serão utilizados para fins de estudo. Agradeço a sua colaboração antecipadamente.

QUESTIONÁRIO

1) Em que faixa etária você se encontra?

- 18 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- Mais de 50 anos

2) Você está:

- Solteira
- Separada / Divorciada
- Casada / Relação estável
- Viúva

3) Quantos filhos você tem?

- Nenhum
- 1 ou 2
- 3 ou 4
- 5 ou mais

4) Qual sua renda familiar?

- Até R\$ 622,00
- De R\$ 622,00 a R\$ 1244,00
- De R\$ 1244,00 a R\$ 1866,00
- Acima de R\$ 1866,00

5) Qual sua escolaridade?

- Sem ensino formal (não frequentou escola)
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto

- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

6) Em que semestre você ingressou no Programa Mulheres Mil?

- 2011.1
- 2011.2
- 2012.1
- 2012.2
- Outro. Especificar: _____

7) Você foi orientada durante o programa sobre a importância do aumento do grau de escolaridade?

- Sim
- Não

8) Você voltou a frequentar a escola depois do Programa Mulheres Mil?

- Sim
- Não

9) Você já possuía experiência na área de Manipulação de Alimentos?

- Sim
- Não

10) Durante a realização do curso, você:

- Trabalhava com carteira assinada na área Manipulação de Alimentos.
- Trabalhava sem carteira assinada na área Manipulação de Alimentos.
- Trabalhava com carteira assinada em uma área que não tem a ver com o curso profissionalizante oferecido pelo Programa Mulheres Mil de Fortaleza.
- Trabalhava sem carteira assinada em uma área que não tem a ver com o curso profissionalizante oferecido pelo Programa Mulheres Mil de Fortaleza.
- Estava desempregada

11) Neste momento, você está:

- Trabalhando com carteira assinada na área Manipulação de Alimentos.
- Trabalhando sem carteira assinada na área Manipulação de Alimentos.
- Trabalhando com carteira assinada em uma área que não tem a ver com o curso profissionalizante oferecido pelo Programa Mulheres Mil de Fortaleza.
- Trabalhando sem carteira assinada em uma área que não tem a ver com o curso profissionalizante oferecido pelo Programa Mulheres Mil de Fortaleza.
- Desempregada

12) Quanto sua renda aumentou após a participação no Programa Mulheres Mil?

- Não houve aumento.
- Até R\$ 100,00
- R\$ 100,00 a R\$ 200,00
- R\$ 200,00 a R\$ 300,00
- R\$ 300,00 a R\$ 400,00
- R\$ 500,00 a R\$ 622,00
- Acima de R\$ 622,00

13) Qual seu maior interesse dentre as opções abaixo?

- Trabalhar em um restaurante de carteira assinada.

- () Trabalhar em meu próprio negócio.
 () Trabalhar em uma cooperativa solidária.
 () Trabalhar em outra área que não as dos curso de Manipulação de Alimentos.
 () Não pretendo trabalhar e sim continuar estudando.
 () Não pretendo trabalhar.
 () Outro. Especificar:

14) Marque com um "X" de acordo com o grau de importância os itens que mais motivaram a sua participação no Programa Mulheres Mil?

	Sem Importância	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
Auxílio Financeiro					
Possibilidade de conseguir um emprego com carteira assinada					
Possibilidade de conseguir um emprego sem carteira assinada					
Qualificação Profissional					
Experiência Profissional					

15) Qual sua avaliação do Programa Mulheres Mil?

- () Excelente
 () Bom
 () Razoável
 () Ruim
 () Péssimo

16) Qual o grau de contribuição do Programa Mulheres Mil para o seu bem estar?

- () Contribuiu muito
 () Contribuiu pouco
 () Indiferente
 () Não Contribuiu

17) Quais as dificuldades encontradas durante a participação no Programa Mulheres Mil?

18) Que mudanças você sugeriria para as próximas turmas?
